



POLÍTICAS DE INCLUSÃO RACIAL NA PERSPECTIVA PÓS-CRÍTICA DO CURRÍCULO: PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

Jeroaldo de Souza Santos e Jonas dos Santos

(Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, jeroaldosantos@hotmail.com, jonasfisica@bol.com.br)

Resumo: Muitos docentes de matemática do Ensino Fundamental consideram o ensino desta disciplina relacionada a uma ciência “dura” e exata cujo objetivo é aprender os números, as expressões numéricas e algébricas, construir e interpretar gráficos e tabelas, bem como a resolver problemas, pois a formação acadêmica não fomenta o trabalho de temas transversais e o desenvolvimento de propostas curriculares e discussões voltadas para a teoria do currículo pós-crítico. Sendo assim, este artigo tem como objetivo desenvolver uma proposta curricular pautada nos pressupostos do currículo pós-críticos, que contemple questões relacionadas as políticas de inclusão racial nas universidades. A metodologia é de caráter qualitativo-quantitativo, como o uso da pesquisa bibliográfica, análise documental/legal, desenvolvimento e aplicação de proposta curricular e síntese dos dados na produção textual. O desenvolvimento de uma proposta curricular voltada para as questões de inclusão racial nas universidades para o Ensino Fundamental II possibilitou o debate sobre as políticas públicas estabelecidas no Brasil e suas relações com os conteúdos de matemática (estatística, cálculos e tratamento de informações), mostrando que esta temática pode ser realizada nas aulas de matemáticas em especial no bloco de tratamento da informação.

Palavras-chave: Proposta Curricular; cotas raciais e ensino de matemática.

1. INTRODUÇÃO

O discurso de docentes que considera a matemática como uma ciência “dura” e exata é muito presente no Ensino Fundamental II (8º ano) de Matemática, problemática que é comumente relacionada à formação acadêmica que não fomenta discussões sobre os temas transversais e discussões voltadas para a teoria do currículo pós-crítico (Programa das Cotas Raciais nas Universidades).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) para o ensino de Matemática no Ensino Fundamental II defendem que o papel desta disciplina na formação para a cidadania dever objetivar as pessoas no mercado de trabalho, fortalecer as relações sociais e da cultura na sociedade



brasileira. Levando em consideração a pluralidade de etnias presente no Brasil, originando diferentes modos de vida, valores, crenças e conhecimentos, que emergem dentro do ensino de matemática como um estímulo para a produção de aulas que discute o meio social dos alunos.

Considerando a pluralidade étnica brasileira e o papel da Matemática na formação dos alunos verificamos que as aulas de matemática podem contemplar os programas e a lei das cotas raciais. Uma vez que o percentual de vagas nas universidades, segundo a lei das cotas, deve levar em consideração os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o docente de matemática pode utilizar os dados estatísticos, tabelas, gráficos, porcentagem para trabalhar e discutir a importância dessa lei dentro de sociedade brasileira, possibilitando que os alunos após a conclusão do Ensino Médio possam ser beneficiados pelas mesmas e conscientes das vantagens e desvantagens dessas políticas contribuindo para uma formação crítica do cidadão.

Tendo em vista estas considerações, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma Proposta curricular relacionando os conteúdos de matemática com os principais fundamentos do programa das cotas raciais nas Universidades com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II (8º ano), bem como verificar a viabilidade de desenvolver nas aulas de matemáticas nos pressupostos do currículo pós-crítico e analisar como os alunos do 8º do Ensino Fundamental compreendem o preconceito racial e a política de cotas nas universidades de maneira transversal e interdisciplinar.

Pois, segundo os PCN (1998) no Ensino Fundamental a seleção dos conteúdos deve objetivar a formação das funções básicas dos cidadãos. Pensando nessa formação básica dos alunos, foi que propusemos elaborar essa proposta cujo nosso referencial teórico está pautado nos pressupostos do currículo pós-crítico e na Lei 12.711/2012 para verificar se é viável ou não trabalhar temas transversais na aula de matemática.

2. METODOLOGIA

A metodologia é de caráter qualitativo-quantitativo, como o uso da pesquisa bibliográfica, análise documental/legal, desenvolvimento e aplicação de proposta curricular e síntese dos dados na produção textual. De início fizemos algumas abordagens de sobre algumas abordagens as principais teorias do currículo pós-crítico mostrando que estes temas estão presentes na sociedade, mostrando a sua importância da sua inserção no currículo escolar. Na parte de aplicação foi desenvolvida uma aula dialogada com os alunos no qual os alunos tiveram a oportunidade de opinarem a respeito do



tema abordado, no segundo momento os alunos fizeram uma pesquisa em cinco turmas da escola fazendo levantamentos de dados para a construção de gráficos e a proposta foi finalizada com uma aula introdutória partindo dos dados dos alunos para a introdução e discussão sobre as políticas das cotas raciais.

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, segundo Creswell (2010), na pesquisa qualitativa o conhecimento é exposto do ponto de vista construtivista, reivindicatória/participatória ou em ambas. A pesquisa qualitativa é uma maneira de explorar e de entender o sentido que os indivíduos ou grupos de pessoas outorgam a um dilema social ou humano. Durante as etapas da pesquisa são contempladas questões e procedimentos emergentes, coletar dados no ambiente dos participantes; analisar os dados indutivamente, indo dos temas particulares para os gerais; e fazer interpretações dos significados dos dados.

Este estudo objetiva desenvolver uma Proposta curricular pautada no pressuposto do currículo pós-crítico e nos principais fundamentos do programa das cotas raciais nas Universidades com alunos do 8º ano do Ensino fundamental. As atividades consistem em uma parte dialogada sobre como os compreende os tipos de preconceito e como ele compreende o conceito de preconceito racial, após o dialogo eles coletaram dados sobre como as pessoas se caracterizam referente a cor da pele, construindo gráficos para exporem seus dados e por fim haverá uma discussão a política de cotas nas Universidade usando como referencial a lei das cotas.

A proposta foi trabalhada com os alunos do 8º (oitavo) Ano do Ensino Fundamental, no turno matutino, em uma escola municipal do Município de Arataca – BA. Antes da aplicação das atividades, ocorreu um diálogo o gestor da escola selecionada e com o professor regente da turma com a finalidade de conscientizá-lo sobre a importância e relevância do trabalho que seria desenvolvido com os alunos.

Os dados foram analisados a parti das aulas dialogadas e trabalho desenvolvidos pelos alunos em sala de aula de acordo a proposta curricular, nos quais focamos a nossa análise em uma aula dialogada com os alunos sobre como o eles compreendia conceitos como preconceito, suas atitudes sobre alguém sendo expostos ao constrangimento, preconceitos raciais, preconceitos de gêneros e sua visão sobre as cotas raciais nas universidades. Depois os alunos coletaram informações em turmas do colégio, esses dados se referia ao sexo e como eles se consideravam perante a cor da pele. O tratamento dos dados foi feita pelos discentes através da construção de gráficos de barras. Na próxima seção iremos expor os resultados obtidos durante a aplicação das atividades, como os alunos aceitaram e reagiram ao trabalha o tema étnico racial dentro da



disciplina de matemática e como ele compreender o conceito de preconceito, algumas considerações sobre o ensino de matemática e das teorias pós-críticas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Usando discurso que os conteúdos matemática não dialogam com temas transversais como sexualidade, preconceitos de gênero, diversidade cultural, étnica, entre outros, muitos professores de matemática não os abordam em suas aulas. Com isso, deixa de fazer uma conexão entre a matemática escolar e os dilemas enfrentados pelos alunos na Educação Básica.

As teorias pós-crítico do currículo podem ajudar a contextualizar a matemática com temas inerentes dos estudantes do quarto ciclo do ensino fundamental, fomentando diálogos e discussões sobre um tema baseados dados matemáticos, ajudando na construção de uma consciência crítica no aluno, possibilitando uma formação cidadã pautado nos princípios ético, uma vez que essa teoria tem como foco o sujeito.

Segundo Silva (2007), como as teorias pós-crítico do currículo valorizam os elementos que diferenciam os sujeitos mais do que o seu contexto social, vimos uma possibilidade dessas teorias tornar as aulas de Matemática mais dialogável com as diferenças individuais dos alunos dentro de sua realidade ou no contexto nacional. Por isso, verificamos a importância de usá-la como referencial teórico na construção da nossa proposta de ensino para discutir com os alunos do 8º Ano do Ensino Fundamental a fim de dialogar com o tema questão étnica racial juntamente com a Lei 12.711/2012, a chamada lei das cotas, que garante 50% das vagas nos cursos nas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para isso, partimos da premissa que por meio as teorias pós-crítico do currículo usando os conteúdos do bloco de tratamento da informação, os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental serão capazes de dialogar e explicitar seu ponto de vista a respeito de questões como preconceito, étnico racial e as políticas das cotas.

As teorias do currículo explicitam que todos seus participantes influenciam de maneira direta ou indireta na sua composição que são construídos com um referencial rico em fatos históricos, ideologias filosóficas e políticas. E, ao longo do tempo, o currículo vem assumido cada vez um papel de destaque no contexto educacional.

Entre as teorias do currículo, escolhemos as teorias pós-crítica do currículo como referencial teórico, pois estas teorias pós-críticas enfatiza que preocupações com a diferença, o multiculturalismo, as diferentes culturas raciais e étnicas devem fazer parte das discussões da



construção das propostas curriculares escolares. Com isso, baseada nessa teoria e na lei 12.711/2012 construímos uma proposta de ensino para discutir fundamentos das políticas de costas raciais nas universidades e verificar se é viável ou não trabalhar temas transversais na aula de matemática.

Segundo Silva (2007) as bases para o desenvolvimento das teorias pós-críticas do currículo estão fundamentadas no multiculturalismo que fomenta a importância das diferentes manifestações culturais que emergem dentro de uma sociedade e a sua valorização dentro de um contexto que está relacionado com a reivindicação de grupos culturais dominantes cujo objetivo era terem suas manifestações “culturais reconhecidas representadas na cultura nacional” (SILVA, 2007, p.85).

A perspectiva multiculturalista surge de um movimento composto por mulheres, negros, homossexuais que defendia uma ideologia contrária ao currículo tradicional que fazia parte do ensino universitário onde a cultura branca, masculina, europeia e heterossexual eram privilegiadas, prevalecendo como cultura social dominante, essa cultura dominante defendia um currículo universitário que incluísse uma representação e contribuição das diversas culturas subordinadas.

Assim como ocorreu com questões a questão de gênero, as raciais e étnicas começaram a incorporar as teorias pós-críticas decorrente, inicialmente, segundo Silva (2007) com os problemas relacionados ao acesso à educação e ao currículo. Os problemas se baseavam em analisar o fracasso escolar de crianças de um determinado grupo étnico e racial. Logo, o currículo precisa levar em consideração as diferenças étnicas e raciais relacionando como as questões históricas e políticas, favorecendo o debate e questionamento sobre o porquê e como valores étnicos e raciais de um determinado grupo foram valorizados e tidos como dominantes enquanto outros foram desvalorizados e suprimidos durante processo de desenvolvimento cultural e histórico de um povo.

Diretamente ligado a essas questões, surge o racismo, que segundo Silva (2007) não pode ser reduzida fatores de preconceitos individuais e sim, as discussões sobre o racismo deve basear-se motivos e causas institucionais, fatores históricos e causas discursivas do racismo. Através do currículo enfocando a narrativa étnica e racial espera-se proporcionar as mesmas relevâncias de significados e valores a todos os grupos, sem valorização, desvalorização ou marginalização de um deles.



Sendo assim, foi realizada uma aula dialogada com os alunos. Durante o diálogo os alunos foram confrontados com pergunta e atitudes referentes aos tipos de preconceito e suas atitudes quando estão expostos ou quando observa alguém sofrendo algum tipo de preconceito. Houve um estranhamento dos alunos, quando o tema da aula foi exposto para a turma, surgindo os questionamentos se a disciplina de matemática tinha mudado para a história.

A respeito do que é preconceito sugeriram frases como o “preconceito é julgar alguém sem conhecer”, “é não gosta da cor da pele de outra pessoa”, “preconceito é não aceita o colega como ele é” e “é não gostar de alguém sem conhecer”. Com isso, verificamos que os alunos têm uma boa noção sobre o conceito o que vem a ser o que é preconceito cujo dicionário eletrônico Michaelis o define como “opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção”.

Dos alunos da turma, 65, 52 % explicitaram já terem sofrido algum tipo de preconceito alguns referentes a cor da pele, a altura, a problemas referente a gagueira, nacionalidade (no caso de um estudante de nacionalidade japonesa presente na turma) entre outro. Destes 94,736 % relataram que os preconceitos sofridos ocorreram em ambiente escolar. A maioria dos alunos da turma disse já presenciaram colegas sofre algum tipo de discriminação que na maioria das vezes não fizeram nada ou alguns contribuíram na prática discriminatória.

Inferimos a parti do diálogo com a turma, que essa atitude de não ação ou participação negativa diante de uma cena discriminatória por parte dos alunos se darem porque a escola não possui um programa de política de combate ao preconceito e valorização das diferenças, como palestra. Tivemos essa conclusão, porque quando questionado sobre qual deve a atitude de alguém ao presenciar uma pessoa sofrendo discriminação, unânime eles afirmaram que devemos aconselhar a pessoa agressora que aquilo é errado e ao mesmo tempo deveríamos dar apoio moral a pessoas que estava sendo agredida pelo preconceito.

Quando os alunos foram indagados o que eles entendiam as questões étnica racial ele relacionaram com a cor da pele por descrevemos na fala de uma aluna “isso tem a ver com a cor da pele das pessoas”. Sobre o preconceito racial, os alunos afirmaram que é uma descriminação referente à cor da pele, isto pode ser confirmado nas frases a seguir ditas pela maioria dos alunos, “é não concordar com a cor da pele do outro”, “preconceito racial é chamar outro de negrinho”, “é chamar branquelo”, “é chamar as pessoas negras de tição” preto”, “é não aceitar a cor do outro”.



Em relação ao tema de preconceito racial eles possuem uma ideia baseado em frases que os mesmos já ouviram ou estão acostumados a ouviram no seu contexto social, entretanto a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da ONU de 1965 define preconceito racial como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública (Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da ONU de 1965).

Segundo os alunos que tinha sofrido preconceito, 68,42 % foram relacionados com a cor da pele e deste 76,92 % ocorreram em ambiente escolar. Verifica-se que os alunos têm uma compreensão das questões racial relacionando apenas com a cor da pele, esquecendo-se de levar em consideração o povo ou etnia envolvida na formação dos indivíduos, inferimos que essa relação se deva pela falta da abordagem e discussão do tema em sala de aula.

O último ponto da aula dialogada, tentamos verificar se os alunos já conheciam ou tinham ouvido nas políticas do programa de cotas raciais nas Universidades e se os mesmos eram a favor ou contra as cotas raciais nas universidades. Todos afirmaram já tem ouvido falar nas cotas raciais, porém 79,31% não compreendia como as mesmas funcionavam e qual a sua finalidade, enquanto os restantes afirmaram que era uma lei que obrigava as universidades a disponibilizarem vagas para negros e pobres nos cursos, como podemos verificar em algumas frases ditas por eles: “é quando as universidades abrem vagas para as pessoas negras e pardas”, “é a lei que obriga as universidades a aceitar o negro”, “ela obriga a aceitar o pobre também”. Com esses dados, concluímos a importância do tema escolhido para trabalhar com os alunos.

No segundo momento, foram formados 5 grupos que receberam as denominações de grupo A, B, C, D e E. Cujas tarefas dos mesmos foi escolher uma turma da escola e fazer uma coletas de dados alunos dessa turma referente ao sexo e os mesmo se consideravam quanto a sua cor de pele, objetivando a construção de gráficos de pizza e de barras afim de fazer uma análise qual o melhor gráfico representaria melhor a situação se o de barra ou o de pizza, assim como também qual o mais fácil de ser construído, e depois fazer o cruzamento entre duas variáveis qualitativas sexo x cor da pele. No entanto, durante o processo verificamos que os alunos não sabiam calcular porcentagem, tinha dificuldade de trabalhar com regas de três e não tinha visto noções de gráficos, sendo que



essas noções começam a ser consolidadas a partir do 6º do ensino fundamental. A pós a coleta dos dados, foi feita uma breve abordagem sobre porcentagem e construção de gráficos de barras, isso resumiu a proposta apenas na construção na de gráficos de barras, por ser trata de uma turma de 8º Ano do Ensino Fundamental, para partindo das informações dos alunos, introduzir uma aula introdutória e dialogados sobre a lei das cotas. Após isso, os grupos apresentaram seus dados em gráficos em no mini relatório para a turma em forma de cartazes.

Figura 1: Gráfico sexo x porcentagem

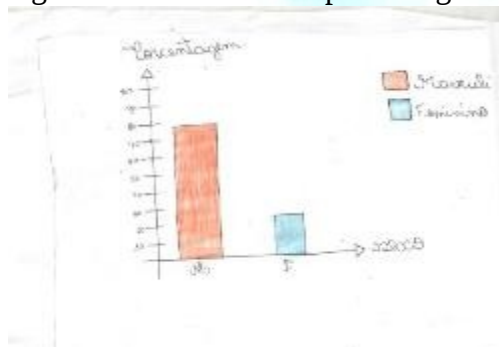


Figura 2: Mini relatório dos resultados do gráfico

Analisando o gráfico 1 referente ao sexo dos alunos pesquisados, verifica-se que dos 28 alunos que participaram da pesquisa 85% são do sexo masculino e 15% são femininos.

Figura 3: Gráfico cor x porcentagem



Figura 4: Mini relatório dos resultados do gráfico

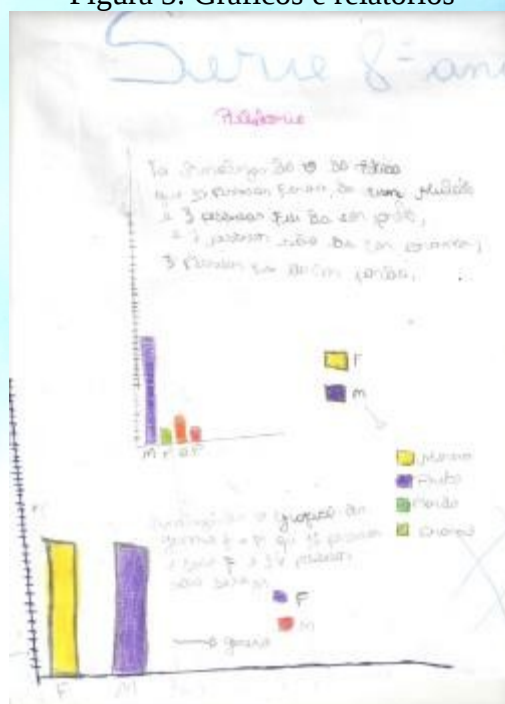
Analisando o gráfico 2 referente ao sexo dos alunos pesquisados, verifica-se que dos 28 alunos que participaram da pesquisa 45,42% são do sexo branco, 33,34% da cor parda, 17,86% da cor preta, e 3,57% são da cor amarela.

Fonte: Dados de Pesquisa. 2016.

Observamos nas figuras 1, 2, 3 e 4 os gráficos construídos pelo grupo B com os dados obtidos na turma do 6º Ano B do colégio, composta de 37 alunos, que o grupo A conseguiu concluir a atividade proposta, representando os dados coletados em gráficos de barras com uma boa estética, no entanto é verificado que as barras do gráfico 2 não corresponde aos valores escritos no relatório da figura 4, as alturas das barras mostram um valor acima do contido no relatório, com exceção da barra referente a cor parda. Em relação ao gráfico da figura 1 observamos essa dissonância com os dados do relatório apenas para a barra referente ao sexo feminino. No entanto, consideramos que o grupo teve um bom desempenho uma vez que foi a primeira vez que os alunos construíram um gráfico.



Figura 5: Gráficos e relatórios



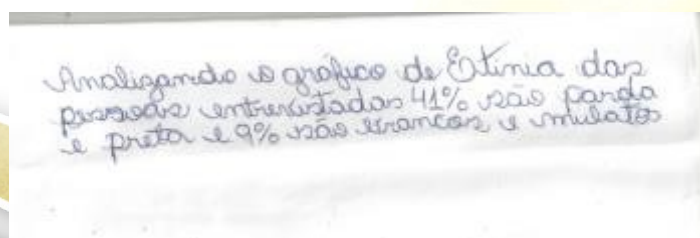
Fonte: Dados de Pesquisa. 2016.

Observamos nas figuras 5 que o grupo B os Gráficos construídos pelo grupo C com os dados obtidos na turma do 7º Ano B do colégio, o grupo não explicitou quantos alunos era composta a turma, não conseguiu representar os dados usando porcentagem, talvez por eles terem tido apenas uma pequena introdução sobre o conceito. Verifica-se também que os dados do relatório da figura 5 não correspondem aos dados representados no gráfico, pelo gráfico os valores obtidos correspondem a 34 pessoas e no relatório apenas 30 para a variável cor da pele; verifica-se também que a barra de cor rocha mostra que foram 20 pessoas que se alto declararam de cor preta (pessoas negras), porém no relatório está escrito 17 pessoas, outro erro que ocorre na figura 5 é a que as cores das legendas foram colocadas em locais diferentes. Outro fator é a não correspondência entre os dados dos relatórios dos gráficos onde no primeiro há um relato de 30 pessoas e no segundo 32 pessoas. Em relação à estética dos gráficos, percebe-se que os alunos não se preocuparam com as escalas, as barras ficam com alturas, elas começa com uma altura e termina com outra ficando inclinadas e além das barras não apresentarem retas com o uso da régua.

Figura 6: Gráfico cor x número de alunos



Figura 7: Mini relatório dos resultados do gráfico





Fonte: Dados de Pesquisa. 2016.

Figura 8: Gráfico gênero x número de alunos gráfico



Figura 9: Mini relatório dos resultados do

Analisando o gráfico do gênero masculino e feminino que 67% das pessoas entrevistadas e do sexo masculino e 33% são do sexo feminino.

Fonte: Dados de Pesquisa. 2016.

Observamos nas figuras 7 a 9 sobre os Gráficos construídos pelo grupo D com os dados obtidos na turma do 9º Ano A do colégio, o a turma era composta com 23 alunos, que o grupo C conseguiu concluir a atividade proposta, representando os dados coletados em gráficos de barras, percebe-se que o gráfico da figura 7 ficou com uma boa estética no qual os alunos tiveram o cuidado de dividir o intervalo de 0 a 10 para indicar que as barras menores representam 9%, sendo repetido na figura 8 para representar o valor de 67% pela barra. Na figura 8 apesar das barras não estarem com as laterais perfeitas, isto não tira e não compromete a estética e as informações que os gráficos querem transmitir.

Ao desenvolver essa atividade, percebemos que esses alunos não tinham visto nenhuma das noções básicas do bloco de tratamento da informação, no entanto durante o desenvolvimento da atividade a maioria foi capaz de representar os dados da coleta em gráficos de barras.

Após a conclusão da construção e apresentação dos dados feitos pelos alunos. Foi feita uma abordagem da importância das políticas afirmativas partindo dos dados coletados pelos alunos na escola. Enfocamos a diversidade étnica presente na sociedade brasileira, para afirmar que a lei



12.711/2012 foi estabelecida para corrigir uma injustiça social e histórica presente na nossa sociedade.

Enfatizamos que com a lei das cotas alunos de escolas públicas e cuja família tenha uma renda per capita menor que 1,5 salário mínimo como eles, está tendo a oportunidade de cursar cursos como Medicina, Direito, Enfermagem, entre outros que antes tinha suas vagas preenchidas com alunos de escolas particulares e que tinha um poder aquisitivo maior que 1,5 salário mínimo per capita. Agora com a lei as intuições de educação superior e de nível médio técnico deverão reservar no mínimo 50 % por cento das vagas de cada curso e em cada turno para alunos de escolas públicas, destas metades para alunos com renda per capita inferior a 1,5 salários mínimo.

Salientamos também as vagas destinadas pela lei das cotas, devem ser vagas destinadas pela lei das cotas devem ser preenchidas por alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas, para determinar essa proporção deverá ser levado em pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para finalizar, mostramos para os alunos uma reportagem da revista Isto É (SEGALLA, 2016), em uma publicação online, com o título: “Por que as cotas raciais deram certo no Brasil”. Na reportagem a autora vem mostrando dados que e comprovam que a “Política de inclusão de negros nas universidades melhorou a qualidade do ensino e reduziu os índices de evasão”. E que as cotas de inclusão “está transformando a vida de milhares de brasileiros” para isso ela traz o testemunho de alguns brasileiros que estudaram pelo programa e hoje tem o privilégio de gozar de uma condição econômica boa, podem viajar para o exterior, comprar carro entre outras coisas e isso só foi possível por causa da política de inclusão nas universidades.

4. CONCLUSÃO

Esta proposta curricular identificou a possibilidade de desenvolver aulas de matemáticas contextualizadas com temas pertencentes às teorias pós-críticas do currículo e com base na Lei 12.711/2012, conhecida como a lei das cotas raciais nas universidades.

A proposta curricular foi estruturada em três atividades, a primeira objetivava um diálogo com os discentes sobre questões étnicas e tipos de preconceitos. Nessa atividade verificamos que os alunos têm uma noção de preconceitos baseados em situações vivenciadas no cotidiano, com



relação ao preconceito racial os discentes remetem apenas a cor da pele, não levando em consideração também questões étnicas relacionadas os povos.

Durante o dialogo ficou evidente que a maioria dos alunos (65, 52 %) relataram já terem sofrido algum tipo de preconceito alguns referente a cor da pele, a altura, a problemas referente a gagueira, nacionalidade (no caso de um estudante de nacionalidade japonesa presente na turma) entre outro e o que nos chamou a atenção foi que destes 94,736 % sofreram os preconceitos dentro do ambiente escolar, no entanto alguns alunos relataram que quando ver um colega sofrendo *bullying* ou não fazem nada ou ajudam na prática do abuso. Isso torna evidente a importância das escolas de terem programas valorizem as diferenças e valorização do ser humano e a discussão desses temas nas aulas.

No segundo momento, verificamos que os alunos não tinham as habilidades desenvolvidas bloco tratamentos de informação, estes alunos apesar de estarem no 8º Ano do ensino fundamental, nunca tinha construído um gráfico, visto porcentagem e noções de proporção o que reduziu a atividade na construção de gráficos de barras, para isso sendo necessário fazer uma aula das noções básicas de tabelas e gráficos. Partindo dos resultados dos alunos foi feito uma aula dialogada a respeito das cotas e foi visto que toda a turma se envolveu e se empenharam para concluírem as tarefas.

5. REFERÊNCIAS

SECRETARIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA - SENADO FEDERAL. **A convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836>. Acesso em 14/07/2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, Roberta Pizzio. Reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem na perspectiva freireana e biocêntrica. **In.: Revista Thema**. Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Charqueadas. Revista Telma, 2012, Disponível em <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/145/86>. Acesso em 6 de Julho 2016.

CREWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; Porto Alegre: Artmed, 2010.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaelis). 2259p.

SEGALLA, Amauri et. al. Porque as cotas raciais deram certo no Brasil. **In.: Revista Isto é**. Disponível em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

http://istoe.com.br/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL/ acessado em 20/06/2016.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br